



CÓD:OP-095JH-22  
7908403525591

# VUNESP

**550 QUESTÕES GABARITADAS**

**CADERNO GABARITADO**

---

## ÍNDICE

---

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática E Raciocínio Lógico .....	31
3. Informática .....	41
4. Direito Penal .....	51
5. Direito Civil .....	63
6. Direito Processual Penal .....	77
7. Direito Processual Civil .....	93
8. Direito Constitucional .....	107
9. Direito Administrativo .....	123

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

### 1.(VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/MAGISTÉ- RIO DE PORTUGUÊS/2021)

A alternativa em que a palavra “mal” está empregada com o sentido que tem na passagem – O Córrego da Penha, esse, coitado, / mal fazia um poço raso – é:

- (A) Segundo o delegado, esse é um depoimento que impressiona mal.
- (B) Não fazia mal se ele devia dinheiro – o pai ia lá e pagava tudo.
- (C) O sujeito, mal entrado na idade adulta, tinha praticado dois delitos.
- (D) Devia ser responsabilizado, se tanto mal fazia às pessoas...
- (E) Dizem que não há mal que sempre dure...

### 2.(VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/MAGIS- TÉRIO DE PORTUGUÊS/2021)

Por que apenas metade da população brasileira é leitora? Por que o percentual de leitores vai “despenca-ndo” a partir dos 11 anos de idade? De acordo com a 5a edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), Itaú Cultural e Ibope Inteligência, houve uma queda de 4,6 milhões de leitores no Brasil no período de 2015 a 2019. Será mes- mo que as redes sociais, a falta de tempo e o não gostar são fatores principais para essa triste verdade?

Acredito que o ensino da leitura, embora muito fa- lado e muito estudado, não tem efetivamente avança- do. A participação social efetiva das pessoas pressupõe o domínio e a compreensão da linguagem escrita. Sen- do assim, se a escola é o espaço do educar, é de sua responsabilidade não apenas ensinar a ler, como mais precisamente, formar cidadãos leitores.

Para ensinar a ler não basta ensinar a decodificar, é preciso ensinar a dialogar entre textos, contextos e autores. Não basta também, apenas a escolha dos bons textos literários, é preciso muito mais do que isso. De acordo com a pesquisa já citada, a grande problemática para o declínio leitor está na mediação da leitura.

É preciso entender que o ato da leitura é espaço dia- lógico entre o mediador, o texto e o aluno, e é no mo- mento da leitura que os encontros e os desencontros das posições frente ao lido acontecem. Porém, para

que os encontros e desencontros aconteçam torna-se necessário um planejamento da mediação. Tornam-se necessárias horas de estudo do que será levado para a turma, do encantamento do mediador com o texto, da antecipação das possíveis dificuldades, do planejamen- to das “pontes” que serão construídas. Enfim, exige um trabalho árduo e contínuo. Exige um sujeito leitor.

Não se faz mediação de leitura ou não se forma ci- dadãos leitores com pessoas não leitoras. Aquele que faz mediação, aquele que forma leitores antes de tudo deve ser um sujeito leitor. Difícilmente alguém se torna um leitor de profundidade se não houver uma boa re- ferência.

Para aqueles que escolheram a formação de cida- dãos (professores, no caso) é preciso abastecer-se. Pre- cisamos ler, se não somos, necessitamos nos formar leitores. Aqueles que não escolheram o caminho da docência, experimentariam a leveza e o prazer que a leitura proporciona. Assisti, dias atrás, a um programa para professores, nele o escritor Rafael Gallo dava uma dica para aqueles que ainda não eram leitores. Disse ele que era preciso ler muito, ler mais, ler de tudo; e se, ainda assim, não gostasse, continuasse à procura. Por- que buscar é imperativo.

*(Vanessa Marques de Almeida Passarim. Formação de leitores. Diário da Região, 06.06.2021. Adaptado)*

Para responder a esta questão, considere as expres- sões destacadas nas passagens inicial e final do texto e no trecho a seguir. Sinceramente não se sabe **por que** tão poucos leem. E seria possível afirmar que o declínio do percentual de leitores ocorre **porque** as mídias visuais são mais atrativas? É difícil encontrar a razão **por que** apenas metade da população lê. À vista das expressões do texto e do trecho, é correto afirmar, como regra abrangente para justificar as ocorrências:

(A) “Por que” equivale a “por qual motivo” e é empregado na formulação de frases interrogativas; “porque” equivale a “pelo(a) qual” e se emprega relacionando frases declarativas.

(B) “Por que” equivale a “por qual motivo” ou a “pelo(a) qual”; “porque” equivale ao conectivo “pois”. Todas essas expressões podem ocorrer em frases interrogativas ou declarativas.

(C) “Por que” e “porque” são equivalentes de sentido quando empregados em frases declarativas; “por que” equivalendo a “pelo(a) qual” não se emprega em frases interrogativas

(D) “Porque” relaciona enunciados associando-os pela noção de causa e efeito, caso em que pode ser substituído pelo pronome relativo “pelo(a) qual”.

(E) Tanto “por que” quanto “porque” têm emprego em frases declarativas; em frases interrogativas o emprego padrão é de “porque” equivalendo a “por qual motivo”.

3.(VUNESP - CF/CM (ESFCEX)/ESFCEX/EVANGÉLICO/2021)

#### Texto 1

Raios não caem duas vezes em um mesmo lugar?

Veja o que a ciência diz

Um dos maiores mitos propagados por aí é o de que dois

raios não caem no mesmo lugar. Mas não dê ouvidos a tudo

o que lhe dizem. Em áreas de grande incidência, podem cair

não somente dois, mas diversos raios. Prova disso é o Cristo

Redentor, agraciado por seis raios por ano, em média, de

acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). E o Empire State Building, em Nova York, que recebe

25 descargas, sendo que já aconteceu de o topo do prédio

ser atingido oito vezes em apenas oito minutos.

A chance de uma pessoa ser atingida diretamente por um raio é muito baixa, em termos estatísticos: é menor do

que um para um milhão. O que não é motivo para baixar a

guarda. Em uma área descampada (como uma praia ou campo de futebol) durante uma tempestade forte, a probabilidade

é bem maior: de um para mil. Isso porque o seu corpo acaba

se transformando em para-raios nessas situações.

(Uol. <https://www.uol.com.br>, 11.02.2020. Adaptado)

#### Texto 2

O Raio que caiu duas vezes no mesmo lugar

Houve uma vez um Raio que caiu duas vezes no mesmo

lugar; porém achou que na primeira tinha feito estrago suficiente, que já não era necessário, e ficou muito deprimido.

(Augusto Monterroso, *A ovelha negra e outras fábulas*. 2007)

No Texto 2, o emprego de letra maiúscula em “Raio” sugere

(A) a personificação do personagem.

(B) o respeito em relação ao personagem.

(C) a admiração das pessoas pelo personagem.

(D) o desprezo do eu lírico com o personagem.

(E) a situação humilhante vivida pelo personagem.

4.(VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/MAGISTÉRIO DE PORTUGUÊS/2021)

Por que apenas metade da população brasileira é leitora? Por que o percentual de leitores vai “despenhando” a partir dos 11 anos de idade? De acordo com a 5a edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), Itaú Cultural e Ibope Inteligência, houve uma queda de 4,6 milhões de leitores no Brasil no período de 2015 a 2019. Será mesmo que as redes sociais, a falta de tempo e o não gostar são fatores principais para essa triste verdade?

Acredito que o ensino da leitura, embora muito falado e muito estudado, não tem efetivamente avançado. A participação social efetiva das pessoas pressupõe o domínio e a compreensão da linguagem escrita. Sendo assim, se a escola é o espaço do educar, é de sua responsabilidade não apenas ensinar a ler, como mais precisamente, formar cidadãos leitores.

Para ensinar a ler não basta ensinar a decodificar, é preciso ensinar a dialogar entre textos, contextos e autores. Não basta também, apenas a escolha dos bons textos literários, é preciso muito mais do que isso. De acordo com a pesquisa já citada, a grande problemática para o declínio leitor está na mediação da leitura.

É preciso entender que o ato da leitura é espaço dialógico entre o mediador, o texto e o aluno, e é no momento da leitura que os encontros e os desencontros das posições frente ao lido acontecem. Porém, para que os encontros e desencontros aconteçam torna-se necessário um planejamento da mediação. Tornam-se necessárias horas de estudo do que será levado para a turma, do encantamento do mediador com o texto, da antecipação das possíveis dificuldades, do planejamento das “pontes” que serão construídas. Enfim, exige um trabalho árduo e contínuo. Exige um sujeito leitor.

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

### MATEMÁTICA

1. (VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/MAGISTÉRIO DE MATEMÁTICA/2021)

Uma condição necessária para a existência do complementar do conjunto B em um universo A é

- (A)  $B \subset A$
- (B)  $A \subset B$
- (C)  $A \neq B$
- (D)  $B = A$
- (E)  $A = \emptyset$

2. (VUNESP - TEC (CODEN)/CODEN/INFORMÁTICA/2021)

Em um grupo de pessoas há quem fale apenas inglês e francês, há quem fale apenas francês e espanhol e há quem fale apenas espanhol e inglês. Não há quem fale as três línguas. Das 20 pessoas que falam inglês, 8 falam apenas inglês. Das 19 pessoas que falam francês, 6 delas falam apenas francês. São 32 pessoas que falam espanhol. Com essas informações, a diferença entre o número daqueles que não falam francês e o número daqueles que não falam espanhol é

- (A) 15.
- (B) 13.
- (C) 12.
- (D) 9.
- (E) 8.

3. (VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2021)

Uma empresa está propondo a implementação de eletrificação da frota de ônibus coletivos de uma cidade. O projeto envolve a venda do ônibus elétrico e o aluguel da bateria pelo período de 10 anos, no qual a empresa se responsabiliza pelo fornecimento, manutenção e recarga da bateria. Para esse período, o projeto determina um custo de R\$1.860.000,00 por ônibus. Segundo a empresa, a grande vantagem desse projeto é que a parte desse custo, referente ao aluguel das baterias, é pago

com mensalidades fixas de R\$10.000,00, que é o valor aproximado do gasto mensal com diesel dos ônibus convencionais.

Descontado o valor do aluguel da bateria, tem-se que esse projeto considera a venda do ônibus elétrico no valor de

- (A) R\$ 1.760.000,00.
- (B) R\$ 660.000,00.
- (C) R\$ 760.000,00.
- (D) R\$ 860.000,00.
- (E) R\$ 1.740.000,00.

4. (VUNESP - ASS (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/ADMINISTRATIVO/2021)

Um lote que deveria conter 960 unidades de certo parafuso seria totalmente distribuído em saquinhos, de modo que cada saquinho tivesse a mesma quantidade de parafusos. Entretanto, constatou-se que nesse lote havia 1 120 unidades desse parafuso e, para que cada saquinho tivesse a mesma quantidade de parafusos que teria inicialmente, foi necessário acrescentar mais 4 saquinhos à quantidade inicialmente prevista. Desse modo, o número total de saquinhos utilizados foi igual a

- (A) 18.
- (B) 20.
- (C) 24.
- (D) 28.
- (E) 30.

5. (VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2021)

Um programa de entrevistas é apresentado simultaneamente na TV aberta e por uma plataforma de vídeos, via internet. Devido a essa estratégia, os responsáveis pelo programa vendem tempos distintos de propagandas para serem veiculadas na TV aberta ou na internet, nos intervalos desse programa. Esses intervalos sempre têm mais de 2 minutos de duração, sendo que o programa é retomado simultaneamente nos dois formatos de transmissão, sem a interrupção de anúncios.

As propagandas vendidas para serem veiculadas na internet possuem 15 segundos de duração, enquanto que as da TV aberta possuem 25 segundos de duração. Assim sendo, o tempo mínimo de duração dos intervalos desse programa é de

- (A) 3 minutos e 45 segundos.
- (B) 2 minutos e 30 segundos.
- (C) 3 minutos.
- (D) 3 minutos e 15 segundos.
- (E) 2 minutos e 50 segundos.

6. (VUNESP - AG (PREF V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2021)

Na garagem de um prédio, há automóveis, motos e bicicletas, no total de 120 veículos. Desse total,  $\frac{1}{10}$  são motos,  $\frac{3}{20}$  são bicicletas, e os demais são automóveis. Do número total de veículos dessa garagem, os automóveis correspondem à fração

- (A)  $\frac{2}{3}$
- (B)  $\frac{3}{4}$
- (C)  $\frac{4}{5}$
- (D)  $\frac{5}{6}$
- (E)  $\frac{7}{8}$

7. (VUNESP - ENG (PREF TAUBATÉ)/PREF TAUBATÉ/SEGURANÇA DO TRABALHO/2022)

Um trator consome 15 litros de diesel por hora de trabalho quando está bem regulado e 21 litros de diesel por hora de trabalho quando está mal regulado. Sabe-se que esse trator é utilizado 6 horas por dia, sendo que do dia 1 ao dia 10 de novembro estava mal regulado e do dia 11 ao dia 30 de novembro estava bem regulado. Se o gasto com o diesel desse trator nos trinta dias de novembro foi de R\$ 13.770,00, e não houve alteração do preço do diesel nesse período, o preço por litro de diesel utilizado nesse mês foi de

- (A) R\$ 4,50.
- (B) R\$ 4,52.
- (C) R\$ 4,54.
- (D) R\$ 4,56.
- (E) R\$ 4,58.

8. (VUNESP - ANA (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/REDE, SISTEMAS E SOFTWARE/2021)

Ao resolver um problema, que tinha como objetivo determinar os valores possíveis da variável  $x$ , um aluno chegou a conclusão de que  $x$  poderia ser todos os números entre 1 e 100, inclusive o 100, mas não poderia ser 1. Sabendo que o problema tem solução e que todos os valores determinados pelo aluno são incorretos, então a variável  $x$

(A) é qualquer número maior que 100 ou menor ou igual a 1.

(B) é pelo menos um número positivo maior que 100.

(C) é o número 1 ou qualquer número maior que 100.

(D) é o número zero, ou o número 1, ou qualquer número maior que 100.

(E) é pelo menos um número maior que 100 ou menor ou igual a 1.

9. (VUNESP - ALUN OF (PM SP)/PM SP/2022)

Foi pedido a três amigos que anotassem em um papel um número inteiro maior do que zero. Julia anotou um número menor do que 8, Lucas anotou um número menor do que 7 e Ana anotou um número menor do que 9. O número de possibilidades para o resultado da soma dos números anotados por esses três amigos é

- (A) 19.
- (B) 81.
- (C) 128.
- (D) 216.
- (E) 336.

10. (VUNESP - ASADM (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2022)

O preço do litro do etanol em certo posto sofreu dois aumentos sucessivos: em março, aumentou 5% em relação ao seu valor inicial; e, em setembro, aumentou  $x\%$  em relação ao valor vigente desde março. Se comparado com o valor inicial, o valor vigente a partir de setembro corresponde a um aumento de 11,3%. Então, é correto afirmar que  $x$  é igual a

- (A) 5,5.
- (B) 5,7.
- (C) 6,0.
- (D) 6,6.
- (E) 6,9.

11. (VUNESP - ALMO (CODEN)/CODEN/2021)

Certo material foi comprado por R\$ 1.008,00, já com desconto de 10% sobre o seu preço normal de venda. O preço normal de venda desse material é

- (A) R\$ 1.108,00.
- (B) R\$ 1.114,00.
- (C) R\$ 1.120,00.
- (D) R\$ 1.126,00.
- (E) R\$ 1.132,00.

# INFORMÁTICA

## INFORMÁTICA

1.(VUNESP - TEC (CODEN)/CODEN/INFORMÁTICA/2021)

Um técnico de informática foi chamado para realizar a manutenção de um microcomputador com o sistema operacional Windows 2010 instalado. Uma das unidades de armazenamento desse microcomputador é do tipo SSD.

A respeito da desfragmentação desse tipo de unidade, é correto afirmar que

(A) é uma boa prática, pois o tempo de acesso aos dados pode ser diminuído várias vezes para uma unidade 100% desfragmentada.

(B) é uma boa prática, pois aumenta a vida útil do dispositivo, considerando que dados não fragmentados aumentam o número de acessos à unidade necessários para recuperá-los.

(C) é necessário sempre que o espaço livre de armazenamento cai abaixo de 10% do espaço total de armazenamento.

(D) não deve ser desfragmentada, pois a desfragmentação de uma unidade SSD diminui a vida útil do dispositivo.

(E) não deve ser desfragmentada, pois a desfragmentação diminui o espaço útil de armazenamento da unidade.

2.(VUNESP - ENG (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/CIVIL/2022)

No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, ao apertar a tecla PrtScr (Print Screen) de um teclado, a imagem da tela do computador é copiada para a Área de Transferência. No entanto, se o usuário quiser selecionar uma parte específica da imagem da tela do computador, e copiar para a Área de Transferência apenas a parte desejada, poderá utilizar o aplicativo acessório

(A) Compartilhamento de Tela.

(B) Assistência Rápida.

(C) Painel de Controle.

(D) Ferramenta de Captura.

(E) Mapa de Caracteres.

3.(VUNESP - AG ADM (RIB PRETO)/PREF RP/2021)

Um usuário do MS-Windows 10 recebeu um arquivo de texto no formato OpenDocument (ODT). Desejando visualizar e editar esse arquivo, o aplicativo editor de textos a ser utilizado pelo usuário, que pertence ao MS-Windows 10, em sua configuração padrão, e que é capaz de fazer edições e formatações simples em arquivos de formato ODT é o

(A) Bloco de Notas.

(B) WordPad.

(C) Word 2016.

(D) Access 2016.

(E) PowerPoint 2016.

4.(VUNESP - ESP S (PREF GRU)/PREF GRU/BIOLOGIA/2021)

Um especialista em Saúde deseja rapidamente abrir o Explorador de Arquivos do MS-Windows, em sua configuração padrão. Para isso, pode utilizar o seguinte atalho por teclado:

(A) tecla Windows + A

(B) tecla Windows + C

(C) tecla Windows + E

(D) Ctrl + B

(E) Ctrl + A

5.(VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

Um usuário de um computador com o sistema operacional MS-Windows 10, em sua configuração padrão, deseja criar uma nova pasta na Área de Trabalho. Uma das formas de criar essa pasta é com o mouse, em sua configuração padrão, selecionar

(A) um espaço vazio na Área de Trabalho, pressionar o seu botão direito e, na janela que surge na tela, selecionar o Explorador de Arquivos e selecionar a opção Criar nova pasta.

(B) o Explorador de Arquivos e selecionar a opção Criar nova pasta e, em seguida, selecionar Área de Trabalho.

(C) o Explorador de Arquivos e selecionar a opção Área de Trabalho e, em seguida, selecionar Criar pasta.

(D) um espaço vazio na Barra de Ferramentas, pressionar o seu botão esquerdo e, na janela que surge na tela, selecionar Nova Pasta.

(E) um espaço vazio na Área de Trabalho, pressionar o seu botão direito e, na janela que surge na tela, selecionar Novo e selecionar a opção Pasta.

6.(VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

A Área de Transferência do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, permite que o conjunto de aplicativos do MS-Office 2016 possa copiar itens de documentos do Office, e os cole em outro documento do Office. Em relação à quantidade máxima de itens que podem ser copiados na Área de Transferência, tem-se que ela

- (A) é maior ou igual 100 e inferior a 1 000 itens.
- (B) depende do tamanho da memória do computador.
- (C) é maior ou igual a 20 e inferior a 100 itens.
- (D) depende do tamanho do disco do computador.
- (E) é maior ou igual a 1 000 itens.

7.(VUNESP - ENG (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/TRABALHO/2021)

No Windows 10, encontra-se um arquivo de imagem no desktop. Para excluir esse arquivo definitivamente, de maneira que não seja movido para a Lixeira, o usuário pode

- (A) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Ctrl + Delete.
- (B) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Shift + Delete.
- (C) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira com a tecla Ctrl pressionada.
- (D) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira.
- (E) arrastar o ícone da Lixeira para o arquivo.

8.(VUNESP - ESTAT (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/2021)

No Windows 10, encontra-se um arquivo de imagem no desktop. Para excluir esse arquivo definitivamente, de maneira que não seja movido para a Lixeira, o usuário pode

- (A) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Ctrl + Delete.
- (B) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Shift + Delete.
- (C) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira com a tecla Ctrl pressionada.
- (D) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira.
- (E) arrastar o ícone da Lixeira para o arquivo.

9.(VUNESP - AFAR (PREF RP)/PREF RP/2021)

Têm-se os seguintes arquivos em uma pasta do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão: Arquivo.txt Arquivo01.txt Arquivo02.txt Arquivo1.txt Arquivo21.txt

Usando a caixa de pesquisas do Explorador de Arquivos, um usuário digitou um termo e obteve como resultado apenas os arquivos Arquivo01.txt e Arquivo21.txt. Assinale a alternativa que indica o termo de pesquisa utilizado.

- (A) Arquivo?1.txt
- (B) Arquivo\*1.txt
- (C) Arquivo\*.txt
- (D) \*?1.txt
- (E) Arquivo01&21.txt

10.(VUNESP - ALEG (CM POTIM)/CM POTIM/2021)

Um usuário atende um cidadão que entra na Câmara Municipal e deixa um recado para o chefe desse usuário, que está em uma ligação. No intuito de anotar o recado em uma forma de lembrete (como se fosse um Post-it colado) na Área de Trabalho, o usuário pode utilizar o aplicativo do próprio MS-Windows 10, em sua configuração padrão, de nome

- (A) Bloco de Notas.
- (B) Notas Autoadesivas.
- (C) Notepad.
- (D) Paint.
- (E) Word 2016.

11.(VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

No sistema operacional MS-Windows 10, selecionou-se uma pasta com o botão direito do mouse, este em sua configuração padrão, e selecionou-se Propriedades na relação de opções que foi exibida. Na janela que se abriu, há a possibilidade de se escolher os atributos da pasta, que são:

- (A) Somente escrita e Somente leitura.
- (B) Compactada, Criptografada e Protegida.
- (C) Oculto e Visível.
- (D) Somente leitura (arquivos da pasta) e Oculto.
- (E) Compactada e Somente leitura (arquivos da pasta).

12.(VUNESP - SUP SAU (MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/2021)

Em uma pasta em um computador com o Microsoft Windows 10, existe apenas um arquivo, chamado Controle.xlsx. Um usuário está editando um documento no Microsoft Word 2016 e deseja salvá-lo com nome de Controle nessa mesma pasta. Considerando que todos os aplicativos estão em suas configurações originais e que

## DIREITO PENAL

### DIREITO PENAL

1.(VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2021)

O brocardo nullum crimen, nulla poena sine praevia lege enuncia o princípio da

- (A) igualdade
- (B) presunção de inocência.
- (C) anterioridade.
- (D) vedação de provas ilícitas.
- (E) instrumentalidade das formas.

2.(VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021)

Quanto aos princípios constitucionais que regem o Direito Penal, é correto afirmar que a Constituição da República de 1988 consagrou expressamente que

- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, em qualquer horário, salvo em caso de flagrante delito ou determinação judicial.
- (B) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, que exclusivamente para fins de investigação penal pode ser afastado por determinação judicial.
- (C) não constitui crime a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sendo necessárias licenças para o exercício de algumas atividades, na forma da lei.
- (D) são invioláveis e serão punidas mediante a lei penal ofensas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, assegurado, também, o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- (E) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

3.(VUNESP - JE TJAC/TJ AC/2019)

Assinale a alternativa correta quanto à aplicação da lei penal.

- (A) O Código Penal Brasileiro não adotou o princípio da representação na eficácia espacial da lei penal.
- (B) Para efeito de análise sobre o local do crime, a legislação brasileira adota a teoria da ubiquidade.
- (C) A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (D) É incabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/2006, ainda que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei nº 6.368/76, permitida, no entanto, a combinação das mencionadas leis para beneficiar o agente.

4.(VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

No que concerne à Lei Penal no tempo, assinale a alternativa correta

- (A) O princípio tempus regit actum é excepcionado para fatos praticados sob vigência de lei temporária.
- (B) Os efeitos penais da sentença condenatória se mantêm íntegros em face da abolitio criminis.
- (C) A retroatividade de lei penal mais benéfica é princípio que não encontra exceção.
- (D) A lei excepcional regula fatos que não se sujeitam ao princípio da retroatividade da lei penal posterior mais benéfica.
- (E) A irretroatividade de lei penal mais gravosa é princípio que encontra exceção.

5.(VUNESP - IFR (PREF GRU)/PREF GRU/2019)

No que concerne à aplicação da lei penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A lei excepcional ou temporária não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- (C) Lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mas apenas se ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Não há crime sem lei anterior que o defina, porém, pode haver pena sem prévia cominação legal.

(E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

6.(VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Imagine que, a partir de Milão, um hacker invada os sistemas computacionais de um hospital localizado na cidade do Rio de Janeiro e altere, com dolo de matar, a prescrição de medicamentos de um internado, aumentando a dose de um remédio para patamar que até seria aceitável a outros pacientes, mas que para aquele determinado paciente é fatal. Uma enfermeira cumpre à risca a prescrição sem desconfiar da alteração, o que causa a morte do internado. Diante da hipótese narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que a conduta da enfermeira não seja penalmente relevante o lugar do crime é o Rio de Janeiro, sendo incorreto afirmar que seja Milão.
- (B) A definição do lugar do crime depende da responsabilização (ou não), no caso concreto, da enfermeira.
- (C) O lugar do crime, para a Lei Penal, é determinado unicamente pelo lugar do resultado, donde se conclui que o crime ocorreu no Rio de Janeiro.
- (D) O crime ocorreu tanto em Milão como no Rio de Janeiro.
- (E) O lugar do crime é unicamente Milão, tendo em vista que a ação da enfermeira não pode ser considerada conduta à luz do Direito Penal.

7.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/REMOÇÃO/2021)

Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em

- (A) aeronaves privadas brasileiras que estejam pousadas em território estrangeiro.
- (B) aeronaves privadas estrangeiras que estejam sobrevoando o território nacional.
- (C) embarcações mercantes brasileiras que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- (D) aeronaves privadas brasileiras que estejam sobrevoando território estrangeiro.

8.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/PROVIMENTO/2021)

De acordo com o art. 7º do CP, ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes

- (A) que, por tratado, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (B) que, por convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (C) praticados por brasileiros.
- (D) de genocídio, quando o agente for domiciliado no Brasil.

9.(VUNESP - JE TJAC/TJ AC/2019)

Assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria da imputação objetiva do resultado estabelece os seguintes requisitos: a criação de um risco jurídico-penal relevante não coberto pelo risco permitido, a realização desse risco no resultado e a independência do resultado produzido entre o âmbito de proteção da norma penal.
- (B) O Código Penal em vigor admite a concausa como condição concorrente para a produção do resultado com preponderância sobre a conduta do sujeito.
- (C) De acordo com o Código Penal Brasileiro, a relação de causalidade entre a conduta humana e o resultado é uma relação valorada que deve ser aferida conjuntamente com o vínculo subjetivo do agente limitada ao dolo ou culpa.
- (D) Os crimes omissivos impróprios dispensam a existência de um resultado e, portanto, não necessitam de verificação do nexo de causalidade.

10.(VUNESP - PROC (PREF SJC)/PREF SJC/2019)

A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. A afirmação: “o dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado”

- (A) está expressamente prevista no CP.
- (B) é a expressão supralegal da teoria da “imputação objetiva”.
- (C) é a expressão supralegal da teoria da “cegueira deliberada”.
- (D) deriva de construção jurisprudencial consolidada em súmula de Tribunal Superior.
- (E) admite a aplicação da responsabilidade objetiva no Direito Penal.

11.(VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2021)

A respeito do delito culposos, é **correto** afirmar que

- (A) admite a compensação de culpas.
- (B) a culpa pode ser presumida.
- (C) é possível a concorrência de culpas.
- (D) admite a coautoria e a participação.

## DIREITO CIVIL

### DIREITO CIVIL

1.(VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022)

Sobre personalidade e capacidade, assinale a alternativa correta.

(A) Mesmo se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, a decretação da ausência é pressuposto para a declaração de morte presumida.

(B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável, a exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, inclusive quanto à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

(C) A incapacidade do menor de 16 anos pode cessar pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz.

(D) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

2.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/REMOÇÃO/2021)

Contrariando o acordo que havia feito com a mulher, mãe da criança, o genitor escolheu um nome duplo, magoando profundamente sua mulher. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

(A) A criança somente poderá alterar o nome no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil.

(B) A modificação do nome é qualificada como excepcional e as hipóteses em que se admite a alteração são restritivas, de modo que não haverá alteração.

(C) Exercício abusivo do poder de família pelo pai. Há possibilidade de exclusão do prenome indevidamente acrescido.

(D) Trata-se de ato ilícito, na medida em que o pai feriu os deveres de lealdade e boa-fé, porém o prenome é imutável.

3.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/PROVIMENTO/2021)

Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente que não deixou representante ou procurador, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. É correto afirmar que somente se consideram interessados

(A) os colaterais até o terceiro grau.

(B) os credores de obrigações vincendas.

(C) os que tiverem sobre os bens do ausente direito, independentemente de sua morte.

(D) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.

4.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/PROVIMENTO/2021)

No que tange ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos previstos no ordenamento jurídico brasileiro e da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) Foi adotada a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica no Direito Brasileiro que exige, mesmo nas relações de consumo, prova de desvio de finalidade e confusão patrimonial.

(B) Não é aplicável à EIRELI a desconsideração da personalidade jurídica.

(C) Mesmo reconhecido o grupo econômico e verificada confusão patrimonial, não é possível, em cumprimento de sentença, desconsiderar a personalidade jurídica de uma empresa para responder por dívidas de outra, sob pena de ofensa à coisa julgada.

(D) Correspondendo o pedido de desconsideração da personalidade jurídica a direito potestativo, sujeito a prazo decadencial, para cujo exercício a lei não previu prazo especial, prevalece a regra geral da inesgotabilidade ou da perpetuidade, segundo a qual os direitos não se extinguem pelo não uso.

5.(VUNESP - AFT (PREF VZ. PTA.)/PREF V PAULISTA/2021)

Considera(m)-se imóvel(eis) para os efeitos legais, mesmo sem a natureza própria de um imóvel:

- (A) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (B) o direito à sucessão aberta.
- (C) as energias que tenham valor econômico.
- (D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (E) os materiais destinados a alguma construção, mesmo não empregados.

6.(VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021)

Se, num negócio jurídico, for prevista uma condição potestativa que venha a perder esse caráter em razão de um acontecimento que venha a dificultar sua realização, terá surgido uma condição

- (A) perplexa.
- (B) fisicamente impossível.
- (C) promíscua.
- (D) mista.
- (E) casual.

7.(VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)

Estabelecia o Código Civil/16 (CC/16) que: “tendo havido intuito de prejudicar a terceiros, ou infringir preceito de lei, nada poderão alegar, ou requerer os contraentes em juízo quanto à simulação do ato, em litígio de um contra o outro, ou contra terceiros” (art. 104). Tal regra, contudo, não foi reproduzida no CC/02. Assinale o dispositivo que, no novo sistema, mais se aproxima do princípio geral de direito contido no artigo revogado.

- (A) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos (art. 154).
- (B) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante (art. 144).
- (C) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio ou para reclamar indenização (art. 150).
- (D) Na lesão, não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito (art. 157,§ 2o).

8.(VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)  
Sobre os negócios nulos e anuláveis, assinale a alternativa correta.

- (A) o menor de dezesseis anos não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
- (B) sendo nulo o negócio jurídico simulado, não há direitos a ressalvar, mesmo quanto aos terceiros de boa-fé em face dos contraentes originários.
- (C) o negócio jurídico de consumo também é nulo quando celebrado por agente absolutamente incapaz.
- (D) quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será esse de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

9.(VUNESP - PROC JM (GUARUJÁ)/PREF GUARUJÁ/2021)

Acerca da prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) Prescrição é a perda do direito potestativo pela inércia do seu titular no período determinado em lei, e a decadência é a perda de uma pretensão decorrente da violação de um direito em razão da inércia do legitimado pelo prazo previsto em lei.
- (B) A decadência apenas se aplica às ações de natureza condenatória, e a prescrição apenas se aplica às ações de natureza constitutiva ou desconstitutiva.
- (C) Não corre a decadência contra os menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (D) A renúncia à prescrição somente pode ser feita, sem prejuízo de terceiros, e antes de se consumar; a renúncia à decadência prevista em lei é permitida, desde que sem prejuízo de terceiros.
- (E) A prescrição que não estiver prevista em lei ocorre em 10 (dez) anos, e a decadência não prevista em lei ocorre em 5 (cinco) anos.

10.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/PROVIMENTO/2021)

A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. É(-São) requisito(s) necessário(s) da escritura pública:

- (A) referência ao cumprimento das exigências legais, fiscais, trabalhistas e tributárias inerentes à legitimidade do ato.
- (B) reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas.
- (C) data, local e hora de sua realização.
- (D) assinatura das partes, bem como a do tabelião ou seu substituto legal, iniciando e encerrando o ato.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1. (VUNESP - DELEG (PC BA)/PC BA/2018)

No que concerne aos sistemas de avaliação das provas, o julgamento realizado pelos Juízes leigos (jurados) no Tribunal do Júri é exemplo do que a doutrina classifica como sistema

- (A) da prova livre.
- (B) legal ou tarifado.
- (C) da íntima convicção.
- (D) da persuasão racional.
- (E) da livre convicção motivada.

### 2. (VUNESP - INV (PC BA)/PC BA/2018)

A respeito do princípio constitucional do juiz natural, é correto afirmar que, na fase investigatória,

- (A) ele é representado pelo delegado de polícia, que atua na presidência do inquérito policial e concretiza as medidas legais.
- (B) não há, uma vez que para sua existência é imprescindível que haja o contraditório formal e a ampla defesa.
- (C) não existe, pois nesta fase a autoridade judiciária exerce tão somente atividade correccional e nunca jurisdicional propriamente dita.
- (D) poderá haver tão somente na hipótese de decretação de medidas que cerceiem a liberdade do investigado.
- (E) ele é representado pelo juiz de direito que concede prazos, autoriza diligências e determina medidas restritivas.

### 3. (VUNESP - ESCR (PC BA)/PC BA/2018)

A lei processual penal admite

- (A) interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- (B) interpretação restritiva, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- (C) aplicação analógica apenas in bonam partem.
- (D) interpretação extensiva sem aplicação da analogia.
- (E) aplicação em todo o território brasileiro, sem exceção.

### 4. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Tício e outras três pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público, pela prática, em tese, do crime de estelionato. A denúncia foi ofertada quando o crime de estelionato ainda era processável por ação penal pública incondicionada. A vítima, que lavrou o Boletim de Ocorrência, na audiência de instrução, expressamente manifestou o desejo de processar os acusados, muito embora não tenha, formalmente, representado. Encerrada a fase de instrução, o Juiz proferiu sentença condenatória. Além de condenar Tício e os demais acusados por crime de estelionato, o Juiz sentenciante também os condenou pelo crime de associação criminosa, perfeitamente narrado na denúncia. Na sentença, o Juiz também fixou a reparação do dano material no montante do prejuízo suportado pela vítima, acrescido de juros e correção monetária a partir da data dos fatos, a despeito de ausência de pedido expresso do Ministério Público. Tendo em vista a situação hipotética e levando em conta os preceitos contidos no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Na esteira de entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo a denúncia sido oferecida na vigência da legislação anterior, não há retroatividade da lei posterior que passa a exigir representação, em respeito à teoria do ato perfeito.
- (B) Na esteira de entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que a denúncia tenha sido oferecida na vigência da legislação anterior, há retroatividade da lei posterior que passa a exigir representação, em vista do caráter misto da norma.
- (C) Na esteira do entendimento dos Tribunais Superiores, que consagra o caráter informal da representação, tendo a vítima manifestado o desejo inequívoco de processar os acusados, a ausência de documento formal não inviabiliza a condenação dos acusados.
- (D) Encerrada a instrução, tendo o juiz entendido pela prática de crime não capitulado na denúncia, ainda que narrado, não poderia proferir, desde logo, sentença condenatória, sendo necessário remeter os autos ao Ministério Público, para fins de emendatio libelli.

(E) Na esteira do entendimento dos Tribunais Superiores, a ausência de pedido expresso, na denúncia, de fixação de valor de reparação do dano não impede que o Juiz o fixe quando em causa crimes patrimoniais, em que o montante do prejuízo experimentado pela vítima é narrado na exordial acusatória.

5. (VUNESP - AG POL (PC SP)/PC SP/2018)

O inquérito policial deverá terminar no prazo de

(A) 20 (vinte) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que ocorreu o crime; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(B) 20 (vinte) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(C) 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(D) 30 (trinta) dias, estando o indiciado preso em flagrante, ou preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 60 (sessenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(E) 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que ocorreu o crime; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

6. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

O Ministério Público Estadual, procurado por funcionário público que denunciou a existência de corrupção dentro de órgão público responsável pela fiscalização de edificações, instaurou procedimento investigatório criminal (PIC). No curso do PIC, o Ministério Público ouviu diversas pessoas, dentre elas funcionários públicos e particulares que foram fiscalizados nos últimos 05 (cinco) anos pela entidade. Também requereu junto à Unidade de Inteligência Financeira (UIF) – antigo COAF – o envio de relatórios de inteligências pré-existentes no banco de dados em nome das pessoas ouvidas, tendo recebido a documentação pertinente. Encerradas as diligências, convencido da materialidade delitiva dos crimes de corrupção ativa e passiva, bem como de lavagem de dinheiro, por parte de alguns dos ouvidos e investigados, o Ministério Público propôs, de forma individualizada, acordo de não persecução penal, mediante o pagamento

de multa pecuniária, além da reparação integral do dano estimado. Participaram das negociações do acordo os próprios imputados, bem como os respectivos advogados, tendo-se lavrado o termo do acordo, com a assinatura de todos os envolvidos. Remetidos os autos do PIC, com o termo do acordo, para homologação, o Juiz Competente recusou o acordo, sob o argumento de vício insanável, consistente na indevida quebra de sigilo bancário, já que o Ministério Público obteve acesso aos Relatórios de Inteligências provenientes da Unidade de Inteligência Financeira (UIF) – antigo COAF – diretamente, sem autorização judicial. A respeito da situação hipotética, tendo em vista as legislações pertinentes, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

(A) A investigação direta realizada pelo Ministério Público, nos termos da Resolução 181 do CNMP, é legítima apenas quando em causa crimes praticados por organização criminosa, circunstância não presente no caso em apreço, sendo nulo o PIC instaurado.

(B) A investigação direta realizada pelo Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição, é legítima, o que não se deu no caso em apreço, já que houve acesso, sem autorização judicial, aos Relatórios de Inteligência oriundos da UIF.

(C) Da decisão que rejeitou a homologação do acordo de não persecução penal pelo Juiz não cabe recurso ao Ministério Público, cabendo ao investigado recurso em sentido estrito.

(D) Apresentado o acordo à homologação, não cabe ao Juiz rejeitá-lo, por entender não atendidos os requisitos legais. A medida legal prevista é o envio do procedimento ao Procurador Geral do Estado, a quem cabe decidir, em última instância.

(E) O compartilhamento direto de informações entre a UIF e o Ministério Público não implica violação de sigilo. Veda-se, contudo, a geração de informações por encomenda do órgão de acusação, situação inexistente no caso em apreço, sendo legal a prova.

7. (VUNESP - JE TJMT/TJ MT/2018)

A competência criminal:

(A) na hipótese de conexão e continência, importarão unidade de processo e julgamento salvo no concurso entre jurisdição comum e especial.

(B) pelo lugar da infração, será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi iniciado o ato de execução.

(C) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, firmar-se-á pelo local onde se iniciou os atos de execução.

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (VUNESP - ADV (FITO)/FITO/2020)

O artigo 3º do CPC dispõe: “Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. E o artigo 16 cita que: “A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional”. Tais artigos tratam respectivamente dos princípios da

- (A) inafastabilidade da jurisdição e da aderência ao território.
- (B) inércia e da sucumbência.
- (C) instrumentalidade e da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) lealdade processual e da instrumentabilidade.
- (E) aderência ao território e do duplo grau de jurisdição.

2.: (UNESP - ADV (FITO)/FITO/2020)

Sobre a incompetência absoluta ou relativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverão ser alegadas como questão de mérito na contestação.
- (B) A absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (C) A absoluta não pode ser declarada de ofício.
- (D) Prorrogar-se-á a relativa se o réu alegar em preliminar de contestação.
- (E) A relativa não poderá ser alegada pelo Ministério público nas causas em que atuar.

3. (VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021)

O Código de Processo Civil prevê que ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação

- (A) que verse sobre direito real imobiliário, inclusive quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- (B) possessória.
- (C) que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

(D) fundada em dívida contraída por um dos cônjuges, independentemente de ser revertido o proveito a bem da família.

(E) resultante de fato que diga respeito a um dos cônjuges.

4. (VUNESP - PROC JM (GUARUJÁ)/PREF GUARUJÁ/2021)

Em relação à fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais nos casos em que não há condenação,

- (A) se o proveito econômico for irrisório, ele deve ser fixado por equidade.
- (B) a regra é a fixação entre 10 e 20% do valor desatualizado da causa.
- (C) devem ser fixados entre 10 e 15% sobre o proveito econômico.
- (D) se o proveito for baixo, deve ser calculado sobre o valor da causa atualizado.
- (E) a regra é a fixação por equidade

5. (VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2021)

Caio e Tício, em conjunto e solidariamente, firmaram compromisso de compra e venda para aquisição de um imóvel de Semprônio. Em razão da falta de pagamento, o vendedor pretende resolver o negócio, propondo demanda a esse fim em face dos compradores. A partir dessa narrativa, temos

- (A) litisconsórcio passivo, facultativo e unitário.
- (B) litisconsórcio passivo, facultativo e comum.
- (C) não é possível a identificação do tipo de litisconsórcio sem que se saiba qual o teor da sentença.
- (D) litisconsórcio passivo, necessário e unitário.

## 6. (VUNESP - PROC (VALIPREV)/VALIPREV/2020)

As hipóteses de direito material para que se configure a desconsideração da personalidade jurídica encontram-se no ordenamento jurídico material, mas é o Código de Processo Civil de 2015 que versa sobre o procedimento para que seja o mesmo instaurado e julgado.

Em termos procedimentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação de conhecimento.
- (B) O incidente será instaurado a pedido da parte interessada, tratando-se, portanto, de legitimidade ativa exclusiva.
- (C) É vedada a realização de instrução probatória durante a tramitação do incidente.
- (D) Se a decisão que resolve o incidente for proferida por relator, cabe agravo interno.
- (E) Por se tratar de manifesto incidente cognitivo, o incidente será resolvido por sentença, impugnável por apelação.

## 7. (VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2020)

É caso de denúncia da lide, segundo o Código de Processo Civil, quando

- (A) se tratar de caso de assistência litisconsorcial, em função da repercussão potencial da decisão do processo sobre a relação jurídica existente entre assistente e o adversário da parte assistida.
- (B) existirem devedores solidários não incluídos no polo passivo da ação de cobrança pelo credor comum.
- (C) pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, exista terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas.
- (D) existir terceiro que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- (E) a reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorra da aplicação das regras de conexão e continência.

## 8. (VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020)

De acordo com a configuração atribuída pelo Código de Processo Civil ao instituto da denúncia da lide, é correto afirmar sobre tal modalidade de intervenção de terceiros que

- (A) é admissível, requerida pelo réu, dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- (B) é vedada mais que uma denúncia sucessiva, ficando preservado ao denunciado sucessivo direito de regresso a ser exercido por ação autônoma.

(C) é causa de extinção da denúncia da lide sem resolução de mérito a hipótese de o denunciante ser vencido, pois a lide secundária não terá seu pedido examinado.

(D) é vedado, uma vez feita a denúncia pelo autor, que o denunciado assuma a posição de litisconsorte do denunciante.

(E) é obrigatória, sendo que, se a parte interessada não a promover na forma e prazo legais, perderá seu direito regressivo.

## 9. (VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

Mariana estava voltando para casa com um carro dirigido por um motorista de aplicativo. No trajeto para casa, o carro capotou em uma curva e, como consequência, Mariana ficou internada por três semanas experimentando diversos gastos médicos. Buscando ressarcir seus gastos, Mariana propõe ação de indenização por danos materiais em face de Cleber, o motorista, alegando que ele foi imprudente e estava trafegando acima da velocidade permitida na via. A ação foi proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena, cujo Chefe de Secretaria era amigo íntimo de Cleber. No momento de produção de provas, o juiz nomeou perito para averiguar se Cleber estava trafegando ou não acima da velocidade permitida na via. Cleber nomeou assistente técnico para auxiliar na perícia. O assistente técnico, no entanto, era proprietário do imóvel que Mariana locava e autor da ação de despejo que estava em fase de recurso perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena.

Diante da situação hipotética, Mariana poderá alegar que, em relação do processo de indenização,

- (A) o chefe de Secretaria é impedido.
- (B) o assistente técnico é impedido.
- (C) tanto o chefe de Secretaria como o assistente técnico são suspeitos.
- (D) o chefe de Secretaria é suspeito.
- (E) o assistente técnico é suspeito.

## 10. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Nos processos judiciais em que o Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica,

- (A) ele deverá, nas hipóteses previstas em lei, ser intimado para se manifestar em 15 dias.
- (B) pode apresentar recurso, desde que alguma das partes recorra previamente.
- (C) pode propor ação rescisória, desde que tenha atuado no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)

Segundo o neoconstitucionalismo, os direitos fundamentais sociais são direitos prestacionais dotados de eficácia plena e aplicação imediata. Assinale a alternativa que melhor espelha o desenho teórico dessa corrente de pensamento sobre esses direitos.

- (A) Tais direitos estão na base da ideia de mínimo existencial e são potencializados pela ideia de máxima efetividade.
- (B) Tais direitos são limitados pela reserva do possível e pelas escolhas políticas decorrentes da democracia representativa.
- (C) Tais direitos se apresentam como direitos fundamentais, estão na base da ideia de vida digna e sujeitam-se à esfera de discricionariedade administrativa independentemente de sua inscrição nas modernas Constituições.
- (D) Tais direitos referem-se a normas programáticas, que têm o papel exclusivo de orientar o desenvolvimento do Estado.

2. (VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022)

A dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, pertence ao rol dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Assinale a alternativa que mais se aproxima de sua origem histórica.

- (A) A noção de dignidade da pessoa humana origina-se no decorrer da Revolução Industrial, em razão da degradante condição dos trabalhadores nas fábricas.
- (B) O conceito de dignidade da pessoa humana remonta à Idade Média, momento em que a humanidade vivenciou a Renascença.
- (C) A dignidade da pessoa humana remonta ao direito natural moderno.
- (D) A dignidade da pessoa humana pertence ao chamado “direito à democracia”, produto, por sua vez, da quarta geração ou dimensão de direitos fundamentais.

3. (VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)

Sob o enfoque histórico, a Constituição Federal de 1988 foi o resultado de um processo complexo e fortemente influenciado pela necessidade de instituir um novo projeto jurídico-político de nação. Do peculiar processo constituinte, extrai-se como correta a seguinte assertiva:

- (A) O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, elaborado para viabilizar a transição do texto constitucional antigo para o novo, não sofreu alterações após 1988.
- (B) O anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização presidida pelo deputado Bernardo Cabral recebeu cerca de 5 mil emendas.
- (C) O anteprojeto elaborado pela Comissão Afonso Arinos, por determinação do então presidente José Sarney, foi a base oficial de trabalho da Assembleia Constituinte.
- (D) Referido processo foi protagonizado pelo “Congresso Constituinte” que tomou posse em 1987, opção que prevaleceu frente ao modelo de Assembleia Constituinte exclusiva.

4. (VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021)

No que diz respeito ao instituto do poder constituinte, a doutrina constitucionalista cunhou a expressão “poder constituinte difuso”. Assinale a alternativa que corretamente contempla uma forma de manifestação dessa modalidade do poder constituinte pátrio.

- (A) A mutação constitucional.
- (B) O poder constituinte supranacional.
- (C) O controle de constitucionalidade in concreto.
- (D) As leis orgânicas municipais.
- (E) O plebiscito.

5. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Assinale a alternativa que diz respeito à modalidade de eficácia de princípio que propõe se possa exigir do Judiciário a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente.

- (A) Simétrica.
- (B) Diferida.
- (C) Interpretativa.
- (D) Preceptiva.
- (E) Vedativa do retrocesso.

6. (VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022)

A história dos direitos fundamentais pode ser dividida em gerações, também conhecidas como dimensões. Cada geração ou dimensão é produto de processos de lutas e reivindicações, que culminaram na incorporação, pelos textos constitucionais, de direitos invocados pela coletividade. A terceira geração ou dimensão tem início no período posterior ao pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, a partir da segunda metade do século XX. Assinale o direito fundamental que corresponde a esse período.

- (A) Democracia.
- (B) Liberdade.
- (C) Proteção jurídica do patrimônio genético.
- (D) Meio ambiente ecologicamente equilibrado.

7. (VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022)

Segundo o art. 5o, inciso XXXIV, da Constituição Federal, denomina-se o direito para que se possa reclamar diretamente junto aos Poderes Públicos, em defesa de direitos contra a ilegalidade ou abuso de poder,

- (A) de tutela jurisdicional.
- (B) de petição.
- (C) de mandado de segurança.
- (D) de ação.

8. (VUNESP - PROC MU (PGM SANTOS)/PREF SANTOS/2021)

Considerando a doutrina e jurisprudência a respeito do Mandado de Segurança, é correto afirmar que

- (A) é admitido contra lei ou decreto de efeitos concretos, assim entendidos aqueles que trazem em si mesmos o resultado específico pretendido, tais como as leis que criam municípios ou desmembram distritos.
- (B) não está previsto para a defesa de direitos individuais subjetivos, mas deverá ser impetrado na defesa de interesse de uma categoria, classe ou grupo, independentemente da autorização dos associados.
- (C) o Estado membro dispõe de legitimação para propor mandado de segurança coletivo contra a União em defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada.
- (D) não pode ser interposto por parlamentar com a finalidade específica de coibir atos praticados no processo de aprovação de emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional.

(E) não pode ser proposto por diferentes órgãos públicos despersonalizados, tais como as Presidências das Mesas dos Legislativos, ainda que tenham prerrogativas ou direitos próprios a defender.

9. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Analise as afirmações a respeito das ações constitucionais a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) O STF pacificou o entendimento de que, por ausência de previsão expressa no texto constitucional, não cabe o denominado habeas corpus coletivo.
- (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político na defesa dos interesses legítimos dos seus integrantes, por organização sindical ou entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano.
- (C) Toda pessoa, física ou jurídica, pode ajuizar o habeas data, visando obter acesso a suas informações pessoais contidas em banco de dados, ainda que em face de empresa privada que presta serviço de proteção ao crédito.
- (D) É vedada a impetração do mandado de segurança que tenha por objeto, entre outros, a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior e a reclassificação ou equiparação de servidores públicos.
- (E) Compete ao STF julgar, em recurso ordinário, habeas corpus decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, quando concedida a ordem.

10. (VUNESP - GCM (OSASCO)/PREF OSASCO/2022)

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, entre outros, no termo seguinte: é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- (C) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa temporário de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados por decretos e regulamentos do Poder Executivo.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. (VUNESP - ESC (CODEN)/CODEN/2021)

O Estado determina a esfera do poder público por intermédio do exercício de sua função legislativa; depois é determinada a esfera privada, por exclusão e residualmente. Essa ordem de precedência revela

- (A) a primazia do público sobre o privado.
- (B) a dicotomia entre público e privado.
- (C) o pilar da regulação do Estado.
- (D) o pilar da emancipação do Estado.
- (E) o fato do príncipe.

### 2. (VUNESP - TEC LEG (CMSJC)/CM SJC/2022)

A respeito dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade administrativa impede a prática do nepotismo na Administração Pública, estendendo-se a vedações a nomeações de cargos políticos.
- (B) É compatível com o princípio da legalidade a ação administrativa que, embora não esteja estritamente autorizada por lei, tem por base os princípios constitucionais e visa assegurar os direitos fundamentais do cidadão.
- (C) O princípio da eficiência exige que a correção da ação administrativa seja analisada exclusivamente sob o prisma econômico.
- (D) O princípio da impessoalidade não impede a realização de propagandas que tenham por objetivo promover a imagem do gestor público.
- (E) Em função do princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ter o seu conteúdo veiculado no Diário Oficial do respectivo ente federativo.

### 3. (VUNESP - ADV (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/2021)

Assinale a alternativa correta quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública.

- (A) Reconhecida a força coercitiva dos princípios que regem o ordenamento jurídico, a inobservância a um deles gera uma ofensa a um mandamento obrigatório específico.
- (B) A desatenção ou falta de atenção, a princípio, por si só, não representa forma grave de ilegalidade ou inconstitucionalidade, porque não representa violação dos valores fundamentais.

(C) A aprovação prévia em concurso público é exemplo de princípio constitucional implícito.

(D) O dever de ausência de subjetividade na atuação do agente público não representa Princípio da Administração Pública.

(E) O desrespeito a um princípio pode caracterizar a conduta como ato de improbidade administrativa.

### 4. (VUNESP - TEC LEG (CMSJC)/CM SJC/2022)

O Diretor Administrativo da Câmara Municipal emitiu ato administrativo vinculado que possui vício de forma. A autoridade administrativa entende que o interesse público será melhor atendido caso o ato seja preservado. Com base na situação hipotética e na teoria do ato administrativo, é correto afirmar que

- (A) por se tratar de vício sanável, será cabível a convalidação, que produzirá efeitos retroativos.
- (B) em função do princípio da legalidade, qualquer ato administrativo viciado deve ser anulado.
- (C) o ato deverá ser revogado.
- (D) será possível a convalidação, ainda que haja prejuízo a terceiro, sempre que essa conduta se mostrar adequada a atender o interesse público.
- (E) o ato administrativo deve ser anulado, pois o vício de forma não é passível de convalidação.

### 5. (VUNESP - ANA (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/DEPARTAMENTO PESSOAL/2021)

Um dos poderes da administração é o poder vinculado. Tal poder se refere

- (A) ao fato de que o administrador não tem liberdade de atuação, e deve seguir a lei.
- (B) à possibilidade que o administrador tem de tomar a decisão que achar conveniente.
- (C) à necessidade do administrador de elaborar decretos, leis etc.
- (D) à incumbência de aplicar sanções aos subordinados.
- (E) à prerrogativa dada ao administrador para revisar as ações de seus subordinados.

### 6. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Suponha que uma Prefeitura criou sociedade de economia mista, de capital majoritariamente público, com o objetivo de realizar o serviço de trânsito e transporte no local. Dentre as atribuições que lhe foram delegadas por

lei, está a de exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive ficando autorizada a aplicação de multas. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a delegação poderia ser realizada para empresa pública, mas não para sociedade de economia mista, pois esta conta com a participação de particulares na composição de seu capital social.
- (B) a lei será constitucional, caso a empresa atue em regime não concorrencial.
- (C) de acordo com a teoria do ciclo do poder de polícia, somente fica autorizada a delegação da i) ordem de polícia e o ii) consentimento de polícia.
- (D) somente é inconstitucional a delegação do poder de aplicação de sanção, pois o exercício dessa atribuição afeta o conteúdo e direitos fundamentais e somente pode ser exercido por entidade dotada das prerrogativas exclusivas do regime de direito público.
- (E) a lei é inconstitucional, pois o poder de polícia somente pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público.

7. (VUNESP - AFT (PREF VZ. PTA.)/PREF V PAULISTA/2021)

Segundo o direito administrativo brasileiro, quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência, esse ato caracteriza

- (A) desvio de poder, ensejando nulidade, mas que permite a sua convalidação.
- (B) excesso de poder, sendo um ato anulável, que admite a sua convalidação.
- (C) desvio de finalidade, ensejando a sua nulidade e que não admite convalidação.
- (D) abuso de poder, nulidade relativa e sanável, que pode ser convalidado.
- (E) abuso de finalidade, de nulidade absoluta, insanável e que não pode ser convalidado.

8. (VUNESP - AG (PREF V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2021)

A administração pública pode ser dividida em dois tipos: direta e indireta. A direta é desempenhada

- (A) por pessoas jurídicas, empresas privadas, organizações e fundações.
- (B) pelos poderes bancários, empresariais e grupos privados.
- (C) por entidades com personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa.
- (D) por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) pelos poderes da união, estados, Distrito Federal e municípios.

9. (VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)  
Sobre a exploração da atividade econômica pelo Estado, por intermédio de pessoa jurídica do tipo “empresa pública” ou “sociedade de economia mista”, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (B) Sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, tributárias, comerciais e trabalhistas.
- (C) Para sua criação e instituição, não há necessidade de edição de Lei, bastando Decreto do Poder Executivo.
- (D) Eventuais contratações de obras, serviços, compras e alienações não necessitam ser feitas por meio de licitação.

10. (VUNESP - AG (PREF V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/TÉCNICO EM GESTÃO/2021)

Um dos elementos da flexibilização da administração pública no Brasil está vinculado à sua estrutura: a descentralização, que representa a

- (A) transferência das atividades-fim do Estado para o setor privado.
- (B) distribuição de competências no âmbito interno da própria entidade encarregada de executar um ou mais serviços.
- (C) execução de suas tarefas diretamente por meio dos órgãos e agentes administrativos que compõem a sua estrutura funcional.
- (D) ação do Estado por meio de outorga ou delegação, para entidades de direito público, privado, ou de fora como concessionárias ou permissionárias.
- (E) ação do Estado por meio de outorga ou delegação de suas competências apenas para entidades de direito público.

11. (VUNESP - TEC LEG (CMSJC)/CM SJC/2022)

A Municipal recebeu projeto de lei do poder executivo que tem por finalidade criar uma entidade que será responsável por fiscalizar os serviços públicos concedidos do Município. A proposição estipula que essa pessoa jurídica será criada por lei, dotada de personalidade jurídica de direito público e se submeterá a um regime jurídico especial, pois o termo do mandato de seus dirigentes não coincidirão com os do Chefe do Poder Executivo, bem como que a entidade gozará de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira. Caso um Vereador consulte um Técnico Legislativo para saber de que tipo de entidade integrante da administração indireta a proposta está se referindo.